



Estratégia
CONCURSOS

1º SIMULADO

T C D F

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

CONHECIMENTOS GERAIS



Simulado Especial

1º Simulado TCDF – Auditor de Controle Externo

Parte I – Conhecimentos Gerais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no cargo de Auditor de Controle Externo do concurso do TCDF;
- 2 – Esta prova contém **150 itens** que serão divididas em duas partes. Serão 80 questões de Conhecimentos Básicos na parte da manhã e 70 de Conhecimentos Específicos na parte da tarde.
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe/Cebraspe, para julgar como Certo ou Errado;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 19h30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 8h, na segunda-feira, 24 de junho, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

O link para preenchimento do gabarito estará no PDF, Parte II.

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| 01 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 17 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 33 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 49 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 65 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 02 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 18 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 34 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 50 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 66 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 03 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 19 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 35 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 51 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 67 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 04 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 20 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 36 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 52 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 68 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 05 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 21 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 37 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 53 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 69 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 06 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 22 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 38 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 54 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 70 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 07 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 23 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 39 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 55 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 71 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 08 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 24 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 40 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 56 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 72 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 09 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 25 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 41 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 57 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 73 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 10 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 26 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 42 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 58 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 74 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 11 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 27 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 43 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 59 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 75 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 12 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 28 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 44 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 60 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 76 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 13 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 29 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 45 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 61 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 77 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 14 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 30 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 46 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 62 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 78 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 15 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 31 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 47 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 63 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 79 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 16 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 32 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 48 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 64 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 80 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****TEXTO I**

A política afina o espírito humano, educa os povos, desenvolve nos indivíduos a atividade, a coragem, a nobreza, a previsão, a energia, cria, apura, eleva o merecimento.

5 Não é esse jogo da intriga, da inveja e da incapacidade, entre nós se deu a alcunha de politicagem. Esta palavra não traduz ainda todo o desprezo do objeto significado. Não há dúvida de que rima bem com criadagem e parolagem, afilhadagem e ladroagem. Mas não tem o mesmo vigor de expressão que os seus consoantes. Quem lhe dará o batismo adequado? Politiquice? Politiquismo? Politicaria? Politicalha?

10 Neste último, sim, o sufixo pejorativo queima como ferrete, e desperta ao ouvido uma consonância elucidativa. Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente. A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis.

15 A politicalha é a indústria de explorar o benefício de interesses pessoais. Constitui a política uma função, ou um conjunto de funções do organismo nacional: é o exercício normal das forças de uma nação consciente e senhora de si. A politicalha, pelo contrário, é o envenenamento crônico dos povos negligentes e viciosos pela contaminação de parasitas inexoráveis. A política é a higiene dos países moralmente sadios.

25 A politicalha, a malária dos povos de moralidade estragada.

Rui Barbosa.

01. O texto se estrutura num antagonismo entre o que é visto como virtude e o que é visto como vício.

02. O autor preferiu usar *politicalha* a *politicagem* porque este, embora expresse todo o desprezo do objeto significado, é muito corriqueiro entre nós.

03. Segundo Rui Barbosa, caracteriza a política o aperfeiçoamento do espírito humano e certa semelhança com a politicalha.

04. A expressão "consonância elucidativa" (linha 12) significa no contexto **sentido mais claro, mais acurado**.

05. No primeiro parágrafo do texto, por estilo, clareza e correção gramatical, admite-se a substituição das vírgulas após "humano", "povos", "energia", "cria" e "apura" por pontos e vírgulas.

06. Na expressão "todo o desprezo" (linha 6), o artigo "o" pode ser excluído sem prejuízo do sentido original no texto.

07. As ocorrências do vocábulo "se", nas linhas 13, 14 e 15, apresentam valor de reciprocidade.

08. Na linha 7, a expressão "de que" inicia oração que é empregada como complemento do substantivo "dúvida".

09. A substituição do verbo "tem" (linha 8) por "há" mantém o mesmo sentido original e a correção gramatical.

10. A vírgula após a palavra "ferrete" (linha 11) é puramente estilística, tendo em vista que gramaticalmente essa pontuação não deveria ser empregada por haver um único sujeito para as duas orações unidas pela conjunção "e".

11. A vírgula na linha 20 é um exemplo de coesão por omissão, tendo em vista o emprego de vírgula vicária.

12. Entende-se do texto que os sufixos empregados nas palavras da linha 10 "Politiquice" "Politiquismo", "Politicaria" e "Politicalha" transmitem valor pejorativo.

13. O vocábulo "Neste" (linha 11) apresenta valor anafórico, por isso pode ser substituído por **Nesse**, mantendo-se a correção gramatical.

14. O sinal de dois-pontos na linha 20 pode ser substituído por travessão.

O parágrafo é uma unidade de composição constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve determinada ideia central, ou nuclear, a que se agregam outras, secundárias, intimamente relacionadas pelo sentido e logicamente decorrentes dela.

(Othon Moacir Garcia)

15. Seguindo as ideias do trecho acima, podem-se reestruturar os dois últimos parágrafos do texto de Rui Barbosa com o reposicionamento do primeiro período do último parágrafo para após o último período do penúltimo parágrafo, mantendo-se a correção e a coerência textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16. A sentença "O Tribunal de Contas do Distrito Federal avalia a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual" é uma proposição composta que pode ser corretamente simbolizada na forma $P \wedge Q \wedge R$ em que P, Q e R sejam proposições simples adequadamente escolhidas.

Julgue os próximos dois itens, acerca das seguintes proposições:

P: "Todas as sessões do Plenário serão públicas desde que não prejudiquem o interesse público"

Q: "Todas as menções a Auditor constantes deste Regimento Interno referem-se ao cargo de que trata o art. 73"

17. A negação da proposição P está corretamente expressa por “As sessões do Plenário não prejudicaram o interesse público, mas pelo menos uma delas não foi pública”.
18. A negação da proposição Q está corretamente expressa pela sentença “Existe pelo menos uma menção a Auditor não constante deste Regimento Interno que refere-se ao cargo de que trata o art. 73”

Texto para o julgamento dos próximos três itens

O Tribunal de Contas do Distrito Federal é composto por 7 conselheiros, sendo um deles o Presidente, outro o Vice-Presidente e um Corregedor. Dentre os 7 conselheiros o mais velho chama-se Carlos Trindade e tem 58 anos de idade enquanto o mais jovem, Antônio Eduardo, tem 47 anos. Numa reunião os conselheiros do TC-DF se sentarão em volta de uma mesa circular composta de 7 cadeiras igualmente espaçadas e após esse evento posarão para jornalistas numa foto onde se apresentarão em fila um ao lado do outro.

19. O número de maneiras de acomodar os conselheiros em volta da mesa circular de forma que Antônio Eduardo e Carlos Trindade não se sentem um ao lado do outro é superior a 450.
20. O número de comissões compostas por 5 conselheiros, sendo dois deles, Antônio Eduardo e Carlos Trindade é superior a 12.
21. A probabilidade de que os conselheiros posem para a foto de forma que Antônio Eduardo seja o último da fila é superior a 10%.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No que diz respeito ao regime constitucional e às disposições doutrinárias sobre os tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

22. A legislação local poderá outorgar a competência para que o tribunal de contas realize o exame prévio da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.
23. Com exceção das contas do chefe do Poder Executivo, cabe aos tribunais de contas a competência para julgar as contas dos administradores públicos em geral, motivo pelo qual é inconstitucional norma que atribua a competência ao Poder Legislativo para julgar as contas do próprio tribunal de contas.
24. Na apreciação, para fins de registro, do ato de concessão inicial de aposentadoria, o Tribunal de Contas terá que conceder o contraditório e a ampla defesa, caso entenda que deverá negar o registro, quando ultrapassado o prazo de cinco anos desde a chegada,

no Tribunal, do processo administrativo de concessão de aposentadoria.

25. Classifica-se como periódico o controle realizado pelo Tribunal de Contas da União quando realiza a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, emitindo o parecer prévio.
26. Insere-se, entre outras, na função informativa a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal de representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
27. É constitucional lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, desde que não gere aumento de despesa.
28. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal é competente para mover ação de execução de título executivo decorrente de imputação de débito ou multa emitido em processo de contas.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº1, de 1994 – Lei Orgânica do TCDF, e do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução nº 296/2016, julgue os itens a seguir.

29. Caberá pedido de reexame, com efeito suspensivo, contra decisão de mérito em processo que considerar ilegal procedimento licitatório ou contrato administrativo.
30. É vedado ao conselheiro, por impedimento, exercer funções em processo que trate de interesse de pessoa jurídica da qual seja acionista ou cotista.
31. Compete ao TCDF decretar a indisponibilidade dos bens do responsável, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros, sempre que houver urgência ou receio de ineficácia de decisão de mérito.

LEI ORGÂNICA DO DF

32. Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir. Um dos valores fundamentais expressamente previsto na LODF é a preservação de sua autonomia como unidade federativa.
33. Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir. De acordo com o art. 4º, da LODF, é assegurado o exercício do direito de petição ou representação, dependendo de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.
34. De acordo com a LODF, soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político constituem valores fundamentais do DF.

35. Com base no que dispõe a Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir. Promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente, do jovem e do idoso é um dos objetivos prioritários do DF expressamente previstos na LODF.

36. Previsto na LODF, é objetivo prioritário do DF assegurar a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações administrativas e de seus respectivos familiares.

DIREITO CONSTITUCIONAL

37. O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos do Poder Público. As atribuições do TCDF, todavia, possuem caráter administrativo, e não jurisdicional.

38. É competência do Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, mandado de segurança impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União (TCU).

39. É competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) processar e julgar, originariamente, os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos crimes comuns e de responsabilidade.

40. O servidor estável que for exonerado em virtude de excesso de despesas com pessoal receberá indenização equivalente a um mês de remuneração por ano de serviço.

41. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

42. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal poderá adotar medidas judiciais para promover a responsabilização civil e criminal de agente público que praticou ilegalidades em procedimento licitatório.

43. É cabível o ajuizamento de embargos declaratórios com o objetivo de promover a modulação dos efeitos de decisão do STF no âmbito de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), independentemente de essa modulação já ter sido requerida na petição inicial.

44. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), o Supremo Tribunal Federal poderá afastar o efeito repristinatório da decisão. Para isso, todavia, é necessário que o autor da

ADI impugne a norma revogadora e as normas por elas revogadas.

45. Segundo o STF, os terrenos de marinha situados em ilhas costeiras sede de Municípios não são bens da União.

46. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) distrital poderá aplicar medidas cautelares, como o arresto e o sequestro de bens de investigado, desde que observado o princípio da colegialidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Em relação aos poderes, deveres e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

47. O dever de prestar contas é corolário do princípio da indisponibilidade do interesse público, constituindo obrigação de todo aquele que, de alguma forma, seja responsável pela guarda, gestão ou administração de recursos públicos.

48. O poder de polícia é constituído por um conjunto de atos, que podem ter natureza normativa ou concreta, preventiva ou repressiva, em regra de caráter vinculado, destinados a condicionar o exercício de atividades e direitos em prol da coletividade.

49. Admite-se a convalidação de atos administrativos impugnados ou prescritos, desde que a medida atenda ao interesse público e não gere prejuízos à administração.

Considerando as disposições legais e jurisprudenciais sobre as entidades paraestatais, julgue as assertivas seguintes.

50. O acordo de cooperação deverá ser precedido, em regra, de chamamento público, para a seleção das entidades que poderão firmar o instrumento de parceria, exceto quando se tratar de doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

51. As organizações sociais não realizam licitação pública nem concurso público, mas são obrigadas a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos públicos recebidos.

Julgue os itens a seguir em relação às normas sobre licitações e contratações na administração pública.

52. A margem de preferência, em licitações públicas, poderá ser aplicada aos bens produzidos por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de vagas para pessoas com deficiência ou que atendam as regras de acessibilidade exigidas pela legislação.

53. A restrição da exceção do contrato não cumprido configura cláusula exorbitante nos contratos administrativos.

54. No pregão, caberá ao pregoeiro efetuar a adjudicação do objeto, exceto quando interposto recurso administrativo, situação em que a adjudicação caberá à autoridade competente.

Em relação às normas sobre processo administrativo e improbidade administrativa, julgue os itens a seguir, considerando os entendimentos jurisprudenciais dos tribunais superiores.

55. Situação hipotética: Gomes pagou viagens e outras despesas para Keyla, servidora ocupante de cargo em comissão, para que ela agilizasse a tramitação de processos de seu interesse. O fato foi denunciado às autoridades competentes, que instauraram procedimento administrativo para apurar suposta prática de ato de improbidade. **Assertiva:** o prazo prescricional relativo à ação de improbidade administrativa, para ambos, começará a correr da data em que Keyla deixar o cargo em comissão.

56. A Lei nº 9.784/1999 é norma federal sobre processo administrativo, aplicando-se ao âmbito da União, mas aplica-se ao Distrito Federal por expressa determinação de legislação local e poderá ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios que não disponham de norma própria de processo administrativo, especialmente em relação ao prazo decadencial para a revisão dos atos administrativos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

57. No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, o salário maternidade independe de carência.

58. A contribuição social do segurado especial sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural é de 1,2% sobre tal receita bruta.

59. A exigência de nova contribuição para a Seguridade Social, ou sua modificação, se sujeita à anterioridade nonagesimal, a contar da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado, inclusive se houver redução de alíquota.

60. Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com metade dos respectivos períodos previstos de carência previstos em lei.

61. O auxílio-reclusão, cumprida a carência, será devido nas condições da pensão por morte aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

62. O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

DIREITO CIVIL

63. Quanto à capacidade, é correto afirmar que os relativamente incapazes são representados, seja por tutor, seja por curador, como os absolutamente incapazes.

64. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

65. Sobre os bens públicos, é correto afirmar que são bens públicos somente os de uso comum do povo, os de uso especial e os bens dominicais.

66. Marcelo, atualmente com 12 anos de idade, nunca recebeu nenhum tipo de prestação alimentar de seu genitor. Paula teve seu carro abalroado por Ricardo, causando diversos prejuízos no veículo. André, prestou serviços advocatícios a José, cujos honorários não foram quitados na data da conclusão do mandato. Sobre as situações, é correto afirmar que a pretensão de André para a cobrança de seus honorários prescreve em cinco anos.

67. Cessão de crédito é o negócio jurídico pelo qual o titular de um crédito transfere esse crédito para um terceiro, perante o devedor. Nesse caso, a relação jurídica continua a mesma, alterando-se apenas o titular do crédito.

68. Sobre as invalidades do casamento, é correto afirmar que o casamento é anulável por infringência de impedimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

No que se refere aos atos processuais, previstos no CPC, julgue o item que se segue.

69. Com base em jurisprudência do STJ, o ato processual extemporâneo era considerado inválido e, portanto, inadmitido. Com o advento do Novo CPC, há previsão expressa pela tempestividade do ato processual prematuro.

No que diz respeito às normas processuais civis fundamentais, notadamente em relação aos princípios do contraditório e ampla defesa, julgue os itens subsecutivos.

70. O contraditório substancial, ou ampla defesa, constitui a garantia de que, uma vez ciente dos atos praticados no processo, a parte possa influenciar o juízo na formação da convicção.

71. A mitigação do contraditório é excepcional, sendo admitido sempre que se tratar de tutela provisória, competindo ao juízo, diante das circunstâncias do caso concreto.

Quanto à nulidade no processo civil, analise o item seguinte.

72. Prevê o Código de Processo Civil que se o Ministério Público, em ação no qual se tutele interesse de criança para obtenção junto ao Poder Público de órtese, não tomar conhecimento do trâmite processual, haverá nulidade desde o momento em que deveria participar e não foi intimado, independentemente de prejuízo dada a indisponibilidade do direito que se discute.

Sobre o mandado de segurança, julgue os itens seguintes.

73. Não se concede mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

74. No mandado de segurança coletivo, a liminar somente pode ser concedida após a oitiva do representante judicial da pessoa jurídica de direito público ré, que deve deverá se pronunciar no prazo improrrogável de 48 horas.

DIREITO PENAL

75. Por expressa previsão legal, a autorrevogação natural da lei temporária não tem o condão de impedir que os fatos criminosos praticados durante sua vigência sejam objeto de persecução penal.

76. Caracteriza-se legítima defesa quando o agente repele injusta agressão, atual ou futura, a direito seu ou de outrem, usando moderadamente dos meios necessários.

77. Se um mesmo agente falsificar um documento público e posteriormente usar o referido documento, responderá apenas pelo falso, sendo o uso considerado mero exaurimento do delito, de acordo com o entendimento predominante.

78. É inaplicável o princípio da insignificância aos crimes contra a administração pública, ainda que se trate de prejuízo econômico de valor inexpressivo, conforme entendimento sumulado do STJ.

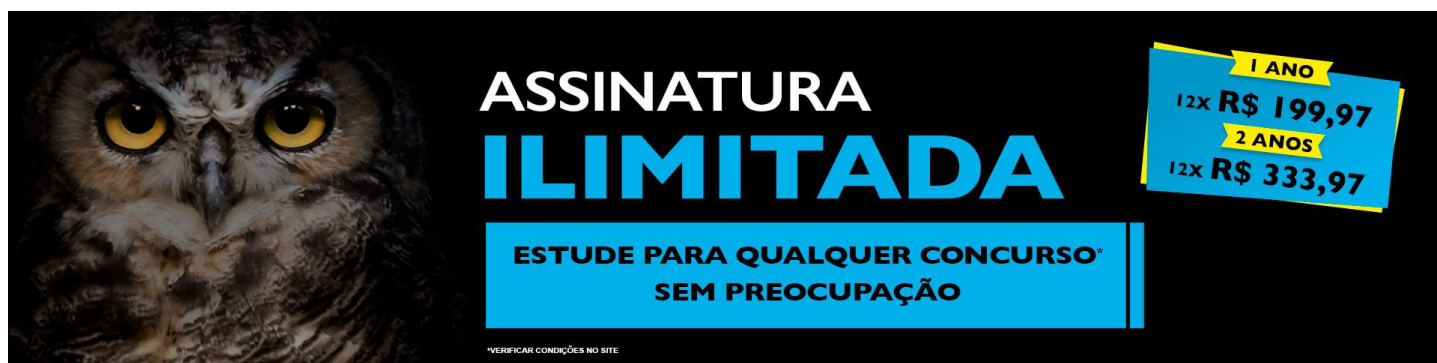
79. Situação hipotética: José, no exercício de sua atividade empresarial, reduziu contribuição social ao omitir, parcialmente, receitas e lucros auferidos e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias. **Assertiva:** neste caso, José não praticou um crime contra as finanças públicas.

80. Conforme previsão legal, a caracterização de crime contra as finanças públicas depende, em regra, de pronunciamento definitivo da Corte de contas.

Link do formulário para o Gabarito estará disponível no Caderno II.

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12x R\$ 199,97

2 ANOS
12x R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE